

Planalto quer comando da PM

Governo desengaveta projeto para assumir corporação e acelera sua aprovação pelo Congresso

ZENAIDE AZEREDO

O Governo Federal quer ter o poder de interferir não só na organização e localização das organizações da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do DF, como também na nomeação dos comandantes dessas corporações, que poderão, inclusive, ser oficiais do Exército. Este projeto está sendo desengavetado pelo Governo e poderá ser aprovado em tempo recorde, uma vez que já recebeu parecer favorável nas comissões de Defesa Nacional e Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

A decisão de intervir na PMDF foi tomada quarta-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso após a invasão do prédio do Ministério do Planejamento por 600 agricultores do movimento Grito pela Terra. O Planalto acusou o GDF de não ter garantido a segurança e evitado a ocupação do prédio público federal.

Regulamentação - Ressuscitado ontem, o projeto de lei nº 4.275-B/93 já estava sendo analisado no Palácio do Planalto no momento em que o ministro interino da Justiça, Milton Seligman, anunciava que o Governo “estava preparando um projeto para permitir que a União, em convênio com o DF, pudesse dispor sobre as PM, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil”.

Assinado pelos ex-ministros do Exército e Justiça de Itamar Franco, general Zenildo de Lucena e Maurício Correa, o projeto regulamenta o artigo 32 da Constituição, sob a justificativa de que a segurança no DF “vai além do governo

local, por exigir total desvelo na proteção dos bens da União, das embaixadas e de outros organismos internacionais (...)”.

A novidade maior do projeto é o retorno dos métodos usados pelos governos militares, quando os comandantes de todas as PMs eram do Exército. Os governadores escolhiam três coronéis do Exército e submetiam seus nomes ao ministro do Exército. No projeto desengavetado, além dessa possibilidade, o “ministro do Exército deverá ser ouvido quando se tratar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do DF”.

Batalhão - Outra novidade anunciada pelo ministro Seligman - a criação de um batalhão específico (de 800 a 1000 homens) para garantir a segurança da Esplanada dos Ministérios - também já existe. Trata-se de projeto do governador Cristovam Buarque, aprovado no Ministério da Justiça, tramitando atualmente no Ministério do Planejamento.

Com relação à reativação da P2, o serviço secreto que, segundo uma fonte da PM, nunca foi desativado, o Governo terá de inovar, pois o projeto não trata disso.

As providências que o Governo vem tomando com relação à PM do DF coincidem com a decisão adotada anteontem pelo Conselho dos Comandantes das PMs e Bombeiros do Brasil. Reunidos em Brasília, todos os comandantes estaduais das duas corporações decidiram não aceitar a unificação das PMs e Polícias Cíveis e nem a desmilitarização. As duas propostas estão sendo estudadas pelo Governo no Ministério da Justiça.



Com rodo, vassoura e muito sabão, deputados do PT e do PC do B queriam lavar a rampa do Palácio, mas tiveram de se contentar em lavar a calçada

Seligman defende maior controle

O Governo Federal mantém a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do DF e quer ter maior poder de intervenção em suas ações. Esse foi, em suma, o recado dado ontem pelo ministro interino da Justiça, Milton Seligman, ao comunicar que o Governo pretende, através de lei federal, firmar um convênio com o GDF para ter “maior interferência” sobre as duas corporações.

Ao comentar os incidentes ocorridos na quarta-feira, quando integrantes do movimento Grito da Terra invadiram, com portos, patos, galinhas, bodes e um peru, o prédio do Ministério do Planejamento e o gabinete do ministro Antônio Kandir, Seligman reafirmou as críticas feitas anteontem. “O policiamento preventivo e a segurança do patrimônio no Distrito Federal têm sido coordenados pelo GDF de forma a não satisfazer o Governo”, disse.

Em relação à criação de um bata-

lhão da PM voltado somente para a segurança dos prédios da Esplanada, o ministro da Justiça observou que preferiria que esse batalhão não usasse armas. “Em conflito coletivo a polícia não precisa de arma”, enfatizou, mostrando a estratégia que o Governo vem adotando na reformulação e desmilitarização das PMs.

Em sua entrevista coletiva, o ministro da Justiça centrou suas críticas na desarticulação do Governo do Distrito Federal que, na sua opinião, não estava informado ou não quis informar o Governo Federal sobre a gravidade da ação montada pelo movimento Grito da Terra. “O GDF jamais deveria ter desmanchado a P2. Sua desativação faz com que ele tenha perdido um dos mais importantes instrumentos de prevenção. Uma polícia sem informação tende a atuar e isso pode não ser bom”, concluiu o ministro.(ZA)

Policiais impedem lavagem da rampa

O reforço do policiamento na Esplanada dos Ministérios, um dia após a invasão do Ministério do Planejamento, acabou impedindo que nove deputados do PT e do PC do B, lavassem a rampa do Palácio do Planalto. Tiveram de se contentar em lavar uma pequena parte da calçada da Praça dos Três Poderes. “É uma forma de mostrar que estamos incomodados com a sujeira que atingiu o Executivo e o Legislativo”, disse o deputado e ex-líder sindical Jair Meneguelli (PT-SP).

O protesto inusitado aconteceu uma semana após o “apitão” que conseguiu adiar uma das sessões de votação dos destaques à emenda da reforma administrativa. Entre os “faxineiros” estava o petista Carlos Santana (PT-RJ), um dos deputados que se envolveu na briga durante a tumultuada sessão da semana passada. A barreira para impedir a subida da rampa tinha 65 policiais militares, além de dez seguranças do Planalto e dez policiais do Exército, chamados para ajudar.

“Lavamos os três poderes”, disse Santana. Os fotógrafos registraram a faxina. Foram menos de dez minutos de trabalho, gritando “estamos lavando o Sérgio Motta, os precatórios”.

A idéia de lavar a rampa em protesto pelas denúncias de compra de votos para aprovar a reeleição na Câmara foi do petista Fernando Ferro (PE), idealizador também do apitão. “É um gesto que mistura desespero com ironia e humor”, argumentou. “É o que nos resta diante da hegemonia do poder: ridicularizar o rei.”

Contag faz ameaça de novas invasões

Os prédios de órgãos públicos de Brasília não estão livres de serem invadidos por trabalhadores rurais nos próximos protestos do movimento Grito da Terra, mesmo que a intervenção federal na Polícia Militar do DF reforce a segurança na porta dos edifícios. A promessa é do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Urbano, que classificou ontem de “prepotente e autoritária” a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de intervir na segurança pública da capital.

“E como será isso? Vão criar uma guarda específica de fardados?”, questionou. Apesar de lamentar que a ocupação do Ministério do Planejamento tenha instalado uma crise entre o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal, Urbano afirmou que as ações do movimento não podem ser pautadas pelas consequências políticas, mesmo que o governador do DF seja de esquerda. “Cristovam é petista, mas é governo. E não seríamos doidos de avisá-lo da invasão”, desabafou.

O presidente da Contag, que é filiado ao PSDB, partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, também rebateu as insinuações do GDF de que a invasão teria sido patrocinada pela militância tucana, para abafar o escândalo da compra de votos no Congresso Nacional em troca da aprovação da emenda da reeleição.

REPERCUSSÃO

■ Em Jaíba (MG), o presidente Fernando Henrique Cardoso criticou, indiretamente, a manifestação. “Realidade não se muda no grito, com demagogia”, afirmou ele, aplaudido pelos colonos da região. Segundo o presidente, realidade não se muda de repente porque as coisas não aparecem prontas. Mas recomendou: “É preciso ter persistência”.

■ A maioria dos deputados da Câmara Legislativa se manifestou indignada em relação à intervenção na Polícia Militar. Os deputados assinaram e aprovaram uma moção de repúdio à decisão do Palácio do Planalto. Dos 14 presentes na hora da votação, apenas dois parlamentares se manifestaram contra a moção: os tucanos Peniel Pacheco e Marco Lima.

■ O senador José Roberto Arruda (PSDB), líder do governo no Congresso, se manteve ao lado do Governo Federal. Também considerou que a reação do GDF à decisão do Planalto foi exagerada num momento em “que as cabeças estavam quentes”. “O governo federal paga a conta da Segurança no DF e em contrapartida tem que exigir a eficiência desse serviço”.

■ O deputado federal Chico Vigilante (PT) acredita que a intervenção é uma jogada política do ministro interino da Justiça, Milton Seligman, que pode sair como candidato ao governo do DF. “Ele está usando isso politicamente porque está tentando ser candidato. Ele mostrou que é um homem despreparado. O presidente deveria demití-lo”.

■ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou nota repudiando a intervenção na PM do DF, por considerar uma decisão autoritária do governo FHC. “As polícias, acima de tudo, não podem se sujeitar aos interesses mesquinhos dos governantes para reprimir trabalhadores”.

■ O deputado federal Agnelo Queiroz (PC do B) acusou o Governo Federal de tentar desviar a atenção do escândalo da compra de votos para aprovação da emenda da reeleição. “A intervenção na PM é uma clara retaliação à oposição. Será coincidência ou o presidente FHC ignorou episódios policiais militares lamentáveis no Rio e em São Paulo porque foram praticados pelas polícias de governos do PSDB?”, questionou.